

ANÁLISE SOCIOCULTURAL

A QUESTÃO INDÍGENA – INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

Antecedentes históricos

Antes das décadas de 1970-1980 foram se ampliando e reafirmando leis voltadas para a definição e proteção das terras indígenas, mas ainda prevalecia a ideia integracionista de nacionalização e incorporação dos índios (essa era a meta principal do órgão indigenista).

O Decreto n. 736, de 6 de abril de 1936, estabelece que “os índios devem ser nacionalizados para serem incorporados à sociedade brasileira e define as terras indígenas como ‘aquelas em que presentemente vivem e já primariamente habitavam e são necessárias para o meio de vida compatível com o seu estado social: caça, pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação; aquelas que já lhes tenham sido ou venham ser reservadas para seu uso ou reconhecidas como de sua propriedade a qualquer título” (Gomes, 2012, p. 96).

A Constituição de 1937, no artigo 154, definia: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”. Nos termos da Constituição de 1946, artigo 216: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem”.

No decorrer do século XX modificam-se as definições formais por dentro da legislação do que são “terras indígenas”, formas e tempo de “ocupação” (ocupação permanente, modo tradicional de ocupação, tempo de ocupação). Mudanças que passam a definir as ações do Estado brasileiro voltadas para a demarcação das terras indígenas e definição legal e institucional das formas de proteção, dos limites e controle dos territórios. Gradativamente, amplia-se na sociedade brasileira o “sentimento de responsabilidade histórica do Estado brasileiro para com os índios” e o anseio de superar a condição de tutela e de objeto do Estado, construindo autonomia e atenção básica aos seus territórios.

Esse sentimento entra em confronto com a nova realidade construída na trama do poder instituído pelo golpe militar de 1964. No cenário ideológico do “desenvolvimento com segurança” foi criada, em 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai) com a missão precisa de transformar o índio em brasileiro, permitindo que “evoluisse” rapidamente: “[...] integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo em um processo acelerado”, nas palavras de Gomes (2012).

Na conjuntura, a Constituição de 1967 trouxe mudanças e retrocessos jurídicos e políticos. Segundo Gomes (2012), na conceituação sobre terras indígenas que passam a ser da União e para os índios, restou a posse exclusiva e a inalienabilidade. No entanto, a nova definição favoreceu o processo de demarcação das terras indígenas. Em 1973, foi aprovado o Estatuto do Índio, a Lei n. 6.001, de 19 de dezembro desse mesmo ano.

A referida lei regulamenta aspectos jurídico-administrativos e determina a condição social e política do índio perante a nação, tratando da definição de terras indígenas e processos de regularização fundiária e estipulando medidas de assistência e promoção dos povos indígenas como indivíduos.

O Estatuto do Índio atribui à Funai a “responsabilidade de único agente responsável pela definição do que é terra indígena e pela demarcação em todas as ‘etapas’. O ato final de homologação fica sob a prerrogativa do presidente da república” (Gomes, 2012).

Afirmações constitucionais dos direitos indígenas no Brasil

As décadas de 1970 e 1980 foram momentos marcantes em termos de retrocessos na interpretação da condição de vida dos povos indígenas e nas condições de trabalho do principal órgão de proteção, reconfigurado e enfraquecido pelo regime civil militar.

Foi também um período de forte ebulição dos movimentos sociais na realidade brasileira, o que possibilitou denúncias e críticas sobre a atuação estatal. Naquele momento de redemocratização do país ocorreu uma ampliação dos debates sobre a “questão indígena” através da mobilização de organizações que defendiam as causas indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da própria organização política crescente dos índios em favor dos seus direitos com a criação de associações indígenas em diversas partes do Brasil (Gomes, 2012, p. 109).

O artigo 172, inciso IX, do Estatuto do Índio (1973), passa a afirmar:

Cumpra à União, aos estados e aos municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Com a abertura política no país e a força participativa dos movimentos em favor da Constituinte, a questão indígena passa a ganhar mais espaço na agenda política brasileira no sentido de reverter o quadro de retrocessos legais. De acordo com o documento do Conselho Federal de Serviço Social, o “CFESS Manifesta” de 2012, a questão indígena também ganha maior visibilidade em termos de avanços normativos pela significativa atuação do movimento indígena, que ganha força no período da redemocratização política do Brasil pós-1980. A Constituição federal apresenta mudanças significativas no que se refere à orientação da ação do Estado, reformulando os seus mecanismos de ações voltadas aos povos indígenas.

Conforme Baniwa (2012), na década de 1970 emerge um movimento pan-indígena que ganhou ampla dimensão no continente latino-americano e conquistou direitos constitucionais nas décadas de 1980 e 1990 — defesa do direito à particularidade e a diversidade e denúncia das injustiças étnicas.

No Brasil, com a aprovação da Constituição de 1988, a ideologia da unicidade do Estado se afirma como coisa do passado. A Carta Magna mudou, em termos legais, significativamente a interpretação jurídico-social dos povos indígenas no país.

Como afirma Baniwa,

a Carta Magna supera a concepção de tutela, reconhecendo a capacidade civil dos índios; abandona o pressuposto integracionista, em favor do reconhecimento do direito à diferença sociocultural dos povos indígenas, na linha do multiculturalismo contemporâneo; reconhece a autonomia societária dos povos indígenas, garantindo para isso o direito ao território, à cultura, à educação, à saúde, ao desenvolvimento econômico, de acordo com seus projetos coletivos presentes e futuros; reconhece o direito à cidadania híbrida: étnica, nacional e global (Baniwa, 2012, p. 207).

A principal demanda da vida indígena, a terra, é apresentada como condição fundamental para a continuidade da vida e da saúde, a reprodução social, sua autodeterminação e seu etno desenvolvimento.

No que se refere ao conceito de “terras indígenas”, a CF de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 231 define: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos

recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nos termos da Funai (2016):

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. São mudanças significativas que possibilitam visualizar novos horizontes para os povos indígenas no enfrentamento cotidiano dos seus desafios diante da possibilidade do respeito à diferença e reais necessidades para sua continuidade humana e social.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AREA DO TRECHO 2

Com um terminal ferroviário, um complexo portuário sempre em expansão e cortada por importantes rodovias federal e estadual, fazem do município de Aracruz, um dos maiores potenciais econômicos do Estado e atraindo investimentos: no total, 391 indústrias estão instaladas na região (dados de 2018), conhecido como Polo Industrial de Aracruz.

O acesso rodoviário ao Polo Industrial de Aracruz a partir da Capital Vitória pode ser realizado via litoral pela rodovia ES-010, passando pelas localidades de Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida (município de Serra) e Santa Cruz (Aracruz), o que corresponde a uma distância de aproximadamente de 85 quilômetros.

Alternativamente, podem-se utilizar as rodovias interiores, percorrendo cerca de 100 quilômetros de distância, pela BR-101 que se liga a rodovia ES-257 na cidade de Ibraçu e passa a seguir pelo município de Aracruz até chegar ao Polo. Aracruz na verdade, não faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória. Mas está cada vez mais interligada a esta.

Logo, este Trecho 2 do Projeto é definido como sendo uma rodovia radial. Tratando-se assim, de um trecho importante para o caráter socioeconômico regional.

Em função do resumo exposto acima, os povos Tupiniquim e Guarani de Aracruz vem acompanhando o desenvolvimento de avaliações de impactos ambientais e socioeconômicos de empreendimentos situados no entorno e mesmo em suas Terras Indígenas, já faz algumas décadas. Alguns dos Estudos já realizados e consultados:

- Estudo do Componente Indígena para a TI Comboios e para a TI Tupiniquim-Guarani – EFVM, (VALE, 2012);
- Estudo Etnoambiental da Terra Indígena Tupiniquim e da Terra Indígena Comboios (ANAÍ, 2010);
- Estudo Antropológico sobre as Terras e as Populações Indígenas – Gasoduto Cacimbas-Vitória (BIODINÂMICA, 2004);
- Estudo Etnoecológico das Terras Indígenas do Espírito Santo, (BIODINÂMICA, 2005).
- Estudo Componente Indígena para as TIs Tupiniquim-Guarani e Comboios - Anthropos Socioambiental - Janeiro de 2015.

AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES

Aracruz é o único município capixaba que possui índios aldeados no estado do Espírito Santo. A Terra Indígena Tupiniquim-Guarani, localizada no município e habitada pelos grupos indígenas Tupiniquim e Guarani, compreende 14.282 hectares e, a Terra Indígena Comboios, de ocupação exclusiva do povo Tupiniquim, abrange uma área de 3.872 hectares. A questão da demarcação das Terras Indígenas dos Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo constituiu uma polêmica que durou mais de trinta anos.

A regularização das terras em pauta teve início ainda no ano de 1975, e finalmente, em 2007 as duas Terras Indígenas em questão foram declaradas e no ano de 2010 homologadas. Embora tenham sido reconhecidas como duas Terras Indígenas distintas, mantêm continuidade nas relações de troca, organização social, fortalecimento cultural, acesso e uso dos recursos naturais entre as aldeias. O próprio processo conjunto de luta e reivindicação fundiária pela garantia dos direitos territoriais demonstra que os indígenas habitantes de cada uma destas terras mantêm entre si fortes vínculos sociopolíticos.

Na Terra Indígena Tupiniquim-Guarani vivem grupos familiares compostos por indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani. Os Tupiniquim se organizam em quatro aldeias, distribuídas na maior parte do território, sendo assim denominadas Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá e Areal. Há também, outras quatro aldeias formadas pelos Guarani, são elas: Boa Esperança (Tekoa Porá), Três Palmeiras (Boapy Pindó), Piraquê-Açu e Olho d'Água. Sendo que uma nova aldeia se formou entre o Sauê e Mar Azul - Nova Esperança.

As aldeias de maior interesse para este estudo são as aldeias Guarani ao longo da ES 010 no Trecho que vai de Santa Cruz (da Ponte do Piraqueaçu) até Barra do Sahy - Aracruz/ES.

História dos Guarani

O povo Guarani constitui uma das maiores e mais expressivas etnias indígenas do Brasil e dos países vizinhos do Cone Sul. Ocupam vasto território, que se estende do leste do Paraguai, nordeste da Argentina e norte do Uruguai até os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em sucessivos movimentos migratórios do Paraguai, o "Centro da Terra" (Yvy Mbyté), em direção ao litoral.

Por volta de 1970, os Guaranis chegaram até a aldeia Tupiniquim de Caieiras Velha, em Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, guiado pela líder religiosa Tatantin Guareté, mas continuaram sua marcha pelo litoral capixaba, só retornando em 1976. Eles vinham do Paraguai, passando pelo Sul do Brasil, e por São Paulo. Sua longa trajetória fora motivada por inúmeras causas, como a revelação religiosa, os conflitos pela terra, os conflitos internos nas aldeias, o trabalho forçado nas fazendas, a morte de parentes e a exploração para o turismo.

Em Aracruz, Distrito de Santa Cruz, existem três aldeias Guarani Mbya, a saber: Boa Esperança (Tekoa Porã), Três Palmeiras (Boapy Pindo) e Piraquê-Açu. A aldeia de Três Palmeiras surgiu a partir da divisão da de Boa Esperança.

Os indígenas Guarani possuem cultura milenar, baseada em sua ancestralidade histórica, política e organizativa. Dotados de extrema espiritualidade, usufruem dela como sua autêntica religião que séculos e séculos, o sistema político por um lado, e jesuítico por outro, tentou deflagrar, apesar das boas intenções. Povo "combativo e guerreiro", nas suas convicções culturais, detém conhecimentos ancestrais da mais elevada categoria, baseados na língua indígena, também chamada Guarani, preservada até os dias de hoje, após sofrer milhares de pressões, políticas, econômicas e ético-culturais.

O Guarani tem como essência de vida, isto é, sua marca étnica, a grande prática do "caminhar". O caminhar significa também evoluir e fortalecer-se espiritualmente. Essa prática do caminhar, faz parte do movimento migratório dos Guarani desde o tempo da colonização. Esse caminhar constante é justificado pela busca da "terra sem males", que aqui definimos como uma terra que

os permita viver com dignidade, sem interferências paternalistas, enfim, um paraíso mítico de sua ascendência.

Do ponto de vista linguístico, a maioria dos Guarani são bilíngues, falantes de sua língua pertencente ao tronco linguístico Tupi e de seus idiomas nacionais (português e espanhol). A língua e a religião são elementos fundamentais da cultura Guarani, fontes de orgulho e expressões maiores de “nhande rekó katu”, “nosso modo de ser autêntico e verdadeiro”.

Diferente dos Guaranis, os Tupiniquins participaram mais ativamente do processo de aculturação e acabaram perdendo sua língua mãe, fazendo com que o português se tornasse a língua oficial.

Fontes das informações acima:

<http://www.seculodiario.com.br/novo> e texto o " O mito como fonte e modo de ser dos Guarani Mbya" de Kalna Mareto Teao - Artigo originalmente apresentado no Pré-Congresso FIELC/SOLAR/UERJ/UFES, Vitória, 2005.

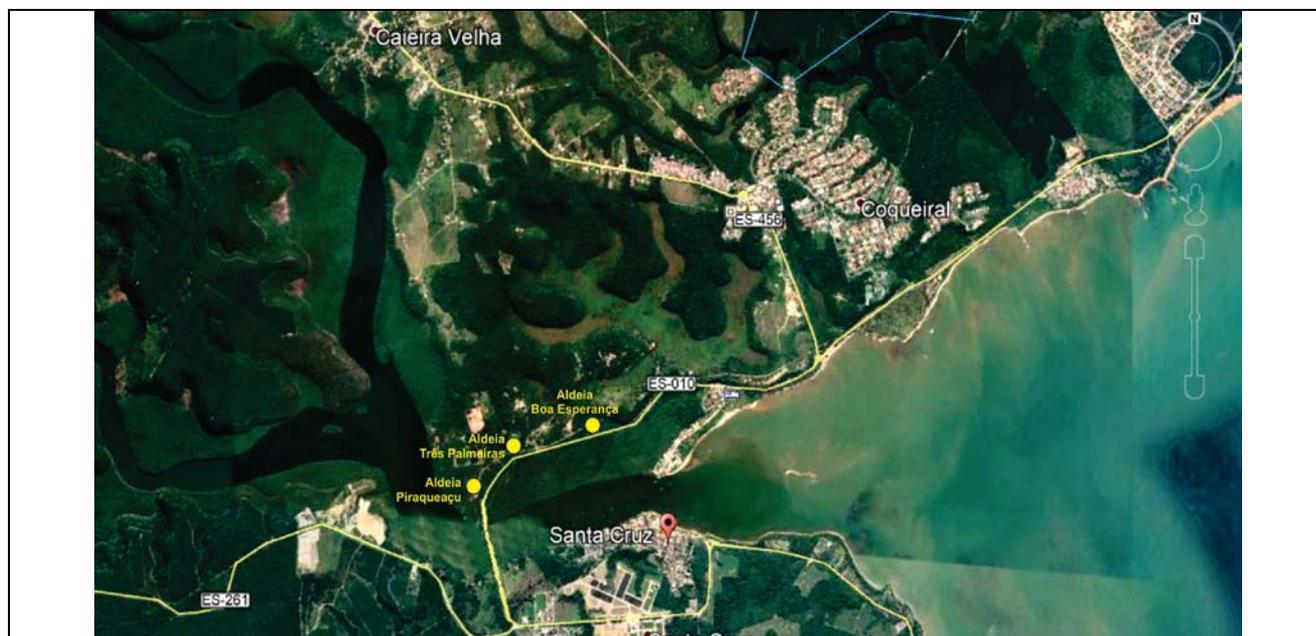
LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS GUARANI

1 - Piraqueaçu (Rio de Peixe Grande) - Aldeia Guarani. Encontra-se também em Santa Cruz, na primeira entrada à esquerda logo após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu.

2 - Três Palmeiras (Boapy Pindo) Aldeia Guarani. Localizada em Santa Cruz, na segunda entrada à esquerda logo após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu.

3 - Boa Esperança (Tekoa Porã) - Aldeia Guarani. Localizada em Santa Cruz, na terceira entrada à esquerda após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu e após a entrada da aldeia Três Palmeiras.

A aldeia Boa Esperança foi a primeira a ser construída no ano aproximado de 1978, a aldeia Três Palmeiras foi construída em 1997 depois e a aldeia Piraqueaçu é mais recente de aproximadamente 2003. Abaixo Mapa de localização das Aldeias: Piraqueaçu, Três Palmeiras e Boa Esperança



ESTRUTURA COMUNITÁRIA E FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

A etnologia classifica os Guarani como uma das atuais parcialidades étnicas, no Brasil, sendo divididos em três subgrupos, Mbyá, Kaiowá e os Nhãdeva. Sendo linguisticamente classificados como pertencentes ao tronco Tupi, família Tupi-Guarani, língua Guarani.

Em relação ao subgrupo a que pertencem, os Guarani de Aracruz-ES primeiramente me disseram que eram Mbyá e Nhãdeva, no entanto recentemente, me foi dito que, o termo Mbyá significa “outro povo que não é Guarani”, e não se reconhecem nessa denominação e nem poderiam. Na apresentação do glossário da língua Guarani, feito por eles, se encontra a seguinte observação:

O povo Guarani é classificado pelos antropólogos como Guarani Mbya, mas a palavra mbya significa outro povo que não seja Guarani, e é o termo utilizado pelos Guarani Nhãdeva para reconhecerem índios de outras etnias. Nós Guarani, nos reconhecemos como Nhãdeva Tembeopé pelo fato de no passado não andarmos totalmente nus como os povos de outras etnias, pois usávamos tangas para cobrir as partes íntimas.

Apesar de estarem divididas em três aldeias os Guarani que habitam o município de Aracruz fazem parte da mesma família e dividem a mesma história. As aldeias Guarani são semelhantes umas às outras. Logo de entrada tem uma *oo djere*, casa redonda para recepções, reuniões e confraternizações entre as aldeias e os que vêm de fora da aldeia, é nesse local que são realizadas as festas principalmente as que recebem os brancos (não índios).

Na entrada da aldeia fica também a casa do cacique para ter controle de quem entra na aldeia, e para facilitar a localização do mesmo. Há também umas cinco ou seis casas próximas umas das outras e da entrada da aldeia, as demais ficam espalhadas na mata. São aproximadamente 30 famílias na aldeia Boa Esperança e Três Palmeiras e 10 famílias na aldeia Piraqueaçu. Algumas das casas próximas à entrada da aldeia são de alvenaria, as demais são de estuque e palha. Os moradores das aldeias reclamam que não há material, fibra de uma palmeira, suficiente para fazer as casas tradicionais Guarani. Há também a *opy*, casa de reza, nas duas primeiras aldeias. Em Piraqueaçu a “*opy*” está em construção.

Em estudos sobre mobilidade das famílias “Mbyá”, Guarani, e também através da oralidade do povo é mencionado que quando a aldeia começa a ficar numerosa algumas famílias se afastam e formam uma nova aldeia. Foi o que aconteceu por último com a Aldeia Nova Esperança. Ela discorre também sobre o fato de um membro mais velho da família que consegue agregar seus familiares próximo a si ser o responsável por esse deslocamento. É o que aconteceu nas aldeias Guarani em Aracruz-ES, as lideranças são de uma mesma família, netos e bisnetos da líder espiritual Tatatxi Ywa Reté, no entanto cada um agregou sua família próxima a si, juntamente com outras famílias que desejam permanecer junto a esse líder formando suas aldeias.

O Povo Guarani é muito profético, como a busca constante por *Yvy Maraëy*, a terra sem mal, sendo o líder espiritual, a figura que revela e lidera os deslocamentos das famílias.

As fronteiras Guarani são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser. O território é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem. Por isso, sob a ótica indígena, essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como casamentos ou pelas dinâmicas de alianças. Essas redes, ainda em vigor, constituem e desconstituem fronteiras, entendidas como dinâmicas e não fixas. As fronteiras nacionais não fazem sentido para os Guarani, porém, é importante destacar que desde o período colonial, os Guarani buscam ignorá-las, resistindo a esse tipo de enquadramento.

A região de Caieiras Velhas, terra Tupinikim, foi escolhida pelos Guarani por acreditarem que esta área reunia condições essenciais para se viver no *tekoa*, local apropriado à vida Guarani, como a existência de Mata Atlântica, a proximidade em relação ao mar.

DADOS DAS ETNIAS GUARANI E TUPINIQUIM

Políticas Públicas

De acordo com os dados obtidos, a maior parte da população Tupiniquim e Guarani recebe benefícios de programas governamentais de transferência de renda, particularmente do Programa Bolsa Família, assim como benefícios previdenciários referentes à aposentadoria. Aqueles que se dedicam a pesca, obtêm o seguro desemprego nos períodos de suspensão da atividade.

Educação

Em relação à educação escolar, a Secretaria Municipal de Educação de Aracruz é responsável por promover a educação diferenciada aos indígenas, que contam com dois representantes trabalhando diretamente nesta Secretaria. Todas as aldeias recebem suporte para garantir a educação de sua população, especialmente das séries iniciais. Também está entre as atribuições do município a garantia de transporte escolar para os estudantes continuarem sua formação em escolas de outras aldeias, ou do município, quando não oferecido em sua aldeia de origem. A formação dos professores ocorre através de programas constituídos em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e com o Projeto Licenciatura Indígena (PROLINDE) do Mato Grosso. Grande parte do corpo docente, bem como da comunidade escolar (merendeira, auxiliar, secretaria e outros prestadores de serviços) das aldeias é composta pelos próprios indígenas.

Saúde

No que se refere aos cuidados com a saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), há um polo instalado na aldeia Caieiras Velhas. A SESAI fornece serviços de atenção básica de saúde: consultas, vacinação, controle de surtos e epidemias, acompanhamento do crescimento infantil, fornecimento de medicação básica, entre outros. Para atendimentos de urgência e emergência, a Secretaria Municipal de Saúde presta apoio mantendo um carro com motorista de plantão em cada aldeia e os casos são encaminhados para hospitais da região. A atenção secundária e terciária ocorre nos hospitais do município ou do estado, contudo, não é diferenciado, enquadrando-se na forma de atendimento oferecida pelo SUS.

O desenvolvimento de projetos relacionados à agricultura, criação de animais, pesca e mariscagem contam com a promoção e assistência da prefeitura municipal, de secretarias estaduais, da FUNAI e de parcerias entre poder público e iniciativa privada em razão dos recursos compensatórios advindos de empreendimentos que afetam as Terras Indígenas.

O abastecimento de água para as residências é feito por meio de captação em poço artesiano comunitário, nascente e canalização para distribuição ou através de poços tubulares individuais. No primeiro caso, a SESAI mantém técnicos monitorando o processo de tratamento. Não há sistema de coleta para tratamento de esgoto, sendo que a maioria direciona os efluentes para fossa sanitária. A prefeitura Municipal contrata indígenas para exercer a função de gari e coletar semanalmente o lixo para ser encaminhado ao aterro sanitário da cidade.

Acessibilidade às Terras Indígenas - TI

As vias de acesso às aldeias da TI Tupiniquim-Guarani são exclusivamente terrestres, percorrendo-se trechos das rodovias ES-257, ES-456 e ES-010 e de estrada de chão ou ainda, piçarra. Seus moradores deslocam-se principalmente para a cidade de Aracruz, para o bairro Coqueiral e, em particular, nos meses de verão, com o aumento do número de turistas no litoral, os indígenas seguem para as praias do distrito sede – Barra do Sahy, do Sauê, dos Padres, de Coqueiral, de Santa Cruz, entre outras, para comercializar artesanato e realizar apresentações artísticas e musicais. Por fim, outro destino bastante comum é a cidade de Vitória, especialmente em razão da proximidade geográfica e maior oferta de serviços e produtos.

Na TI Comboios, o acesso à aldeia Córrego do Ouro dá-se diretamente pela rodovia ES-010. Já a aldeia Comboios, localizada as margens do rio Comboios, tem sua entrada principal através de travessia fluvial com a utilização de pequenos barcos a motor ou a remo. Frequentemente, os indígenas da TI Comboios se deslocam para a vila do Riacho e as cidades de Aracruz, Linhares e Vitória.

RESULTADOS ALCANÇADOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM 2018 NAS ALDEIAS TUPINIQUIM GUARANI DE ARACRUZ.

Alguns dados quantitativos relevantes:

- Nº de ações no território: Reunião Intersectorial: elevou da média de 01 reunião por ano para 06 reuniões em 2018; Palestra: aumentou para 05 em 2018, sendo que anteriormente o máximo foi de 03 palestras em 2017; Campanha: em 2017 e 2018 realizamos todas as previstas no Plano de Ação (03), o que não era feito nos anos anteriores; Grupo de Famílias e Gestantes: subiu para 06 o número de grupos em 2017 e 2018.
- Nº de participantes nas ações: Grupo de Famílias e Gestantes: subiu de 98, em 2016 para 150, até outubro/2018; Ações não continuadas (palestras, campanhas e eventos), foram 914 participantes em 2016, sendo estimado um nº maior para 2018, pois, até o momento, já calculamos em torno de 700, até outubro/2018; Pré-conferência de Assistência Social: subiu de 09, em 2015, para 30 em 2017.

Outros resultados/avanços observados:

- Em 2018, houve fortalecimento do vínculo com as lideranças indígenas, que outrora apresentavam resistência ao trabalho e a equipe (formada, em sua maioria, por não indígenas), havendo abertura para participação do CRAS nas reuniões noturnas da comunidade e maior participação deles nas reuniões intersectoriais;
- Em 2018, houve avanço na compreensão do papel do CRAS/PAIF, havendo maior adesão dos usuários ao trabalho com os grupos desviando o foco nas práticas assistencialistas de concessão de benefícios; e com as lideranças que, atualmente, buscam o CRAS para apoio nas questões que envolvem diretamente a PNAS;
- Observamos que, em 2018, alguns usuários foram desligados do acompanhamento PAIF pela aquisição de empoderamento e seguranças contempladas pela Tipificação (2009): segurança de acolhida, do convívio familiar e comunitário e desenvolvimento da autonomia. Em 2017, não houve desligamento por esse motivo em 2018, foram 05;
- Em 2015 e 2016, as palestras, campanhas, eventos e grupos estavam focados em Caieiras Velha. Em 2017 e 2018, houve expansão para outras Aldeias do município.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Aracruz.

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Hoje os Guarani e Tupiniquim, estão distribuídos em 12 aldeias. O Censo Demográfico da Fundação Nacional do Índio de 2014 calculou aproximadamente 3.500 indígenas. Há estimativa de aumento dessa população para 2018. O município implantou em 2015, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, o CRAS Indígena, localizado em Caieiras Velha, que é a aldeia com maior número de indígenas e onde se instala a maior parte dos serviços da rede, tais como FUNAI, Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – AITG e o Serviço de Escritório Local da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SELES. Além disso, Caieiras Velha concentra maior parte das demandas de drogadição, violência doméstica, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e demais casos de violação de direitos.

A oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias – PAIF em território indígena tupiniquim e guarani surgiu quando do reconhecimento, pelo poder público, da vivência de situações de vulnerabilidade que mereciam um olhar mais específico. O PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consiste no trabalho social com famílias, de

caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, (...).” O trabalho social com os povos indígenas, assegurando-lhes a manutenção de seus costumes e crenças é pautado no artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

REPRESENTATIVIDADE

Em 2015, pela primeira vez um representante indígena, Ervaldo Santana ocupou a cadeira na Câmara Municipal de Aracruz. Ele é da aldeia de Caieiras Velhas, e era suplente de Erick Musso que se elegeu para a Assembleia Legislativa do Estado. Segundo representantes das Aldeias é preciso ter um vereador para pensar políticas públicas para a comunidade indígena. A prioridade, para a comunidade é a educação e a cultura. É necessário ter leis e ações específicas para essas áreas.

Quanto a representatividade das mulheres indígenas, esta vem crescendo ano a ano. Num passado recente já tiveram uma mulher Cacique e no Conselho dos Caciques, várias lideranças hoje presentes são mulheres.

Tabela 1: Resumo entidades locais que representam politicamente os indígenas das Terras Indígenas.

<p>Comissão de Caciques</p>	<p>Surgiu entre 1993 e 1998, em meio aos processos de reivindicação fundiária dos indígenas, com o objetivo de organizar e potencializar e suas ações internamente e em relação com os agentes externos. Mais tarde essas funções foram assumidas juntamente com as associações comunitárias surgidas após os acordos de 1998 (Associação Indígena Tupiniquim e Guarani e Associação Indígena Tupiniquim de Comboios). A Comissão não tem caráter jurídico formal, mas atua como o organismo máximo de poder entre as comunidades Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo e é formada principalmente pelo conjunto dos caciques de cada uma das aldeias, além de outros reconhecidos líderes das comunidades, que não são necessariamente caciques. Os caciques são os líderes de cada uma das comunidades ou aldeias, mas não têm, via de regra, poder de mando, mas de representação de suas comunidades junto à Comissão de Caciques e outras instâncias externas à comunidade.</p>
<p>Associação Indígena Tupiniquim e Guarani (AITG)</p>	<p>Instituída em 1998 após os caciques e outros líderes Tupiniquim e Guarani terem assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Aracruz Celulose, sob orientação da FUNAI e do Ministério Público Federal (MPF). É a instituição indígena com personalidade jurídica, responsável por gerir os recursos repassados a TI Tupiniquim-Guarani. A AITG é hoje a principal gestora das atividades econômicas comunitárias dos indígenas da TI Tupiniquim-Guarani, o que lhe tem rendido, ademais, importância política crescente ao lado da Comissão de Caciques.</p>
<p>Associação Indígena Tupiniquim de Comboios (AITC)</p>	<p>Surge concomitantemente a AITG, também com o objetivo de gerir os recursos oriundos do TAC da Aracruz no que se refere à aplicação de recursos na TI Comboios. Tal entidade é ainda</p>

	financeiramente responsável pela gestão de recursos oriundos das indenizações devidas pela Petrobras em função da passagem do gasoduto Lagoa Parda - Vitória.
Associação Indígena Guarani Boapy Pindó (Três Palmeiras)	Criada também a partir da demarcação de 2008, representou o desejo dos Guarani de ter associações próprias. Devidamente regularizada, a associação de Três Palmeiras se propõe a realizar iniciativas de interesse também das demais aldeias Guarani.
Grupo de Mulheres e produção artesanal de Três Palmeiras	Na aldeia Guarani de Três Palmeiras existe um Grupo de Mulheres que trabalha com artesanato e corte e costura. Produzem colares e brincos, cestos, arco e flecha, zarabatanas, machadinhas, leques, chocalhos, flautas e pequenos animais feitos de madeira.
Grupo de Mulheres de Boa Esperança	Como em outras aldeias, também aqui há um grupo de mulheres que produz artesanato, corte e costura. A comercialização das peças ocorre nas cabanas localizadas na entrada desta aldeia, junto à rodovia ES-010.
Grupo de Mulheres de Piraquê-Açu	Na aldeia Guarani de Piraquê-Açu existe um grupo de corte e costura e artesanato.
Comissão de Mulheres Tupiniquim e Guarani	Organizada a aproximadamente oito anos, agrega as participantes dos grupos de mulheres das aldeias e mantém uma loja para a venda de artesanato localizada o Terminal Rodoviário de Aracruz. A loja adota o sistema de permuta com as artesãs e atualmente mulheres de Pau Brasil, Amarelos, Caieiras Velhas, Irajá e Areal expõe seus produtos. Os melhores períodos para a venda do artesanato são entre novembro e abril (turismo). O objetivo da comissão é constituir uma associação para promover o artesanato indígena, utilizando sua logomarca.
Grupos de Jovens Tupiniquim e Guarani	Constituíram-se com apoio da igreja católica, através da pastoral, sendo a maior participação dos jovens das aldeias Pau Brasil, Caieiras Velhas e Irajá.
Instâncias e Controle Social/Conselhos	Os indígenas formam o Conselho Local de Saúde Indígena, dispõe de uma vaga no Conselho Municipal de Saúde de Aracruz e possuem três representantes Tupiniquim no Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de Minas Gerais e Espírito Santo. Também participam da secretaria municipal de educação, onde possuem dois representantes e mantém os Conselhos Escolares Indígenas.
Associação Indígena Tupiniquim da Aldeia Pau Brasil (AITUPIAPABRA)	Criada em 2008, concomitantemente ao último processo de demarcação da TI Tupiniquim-Guarani, visou proporcionar autonomia para a aldeia no que toca a captação e gestão de recursos próprios para os projetos de seu interesse. Diversamente de suas congêneres mais antigas, a Associação já surge com razoável grau de autonomia gerencial com relação a parceiros externos.
Grupos de Mulheres da Aldeia Pau Brasil	Formado a mais de dez anos, reúne as mulheres para trabalhos com artesanato e corte e costura. Possuem um Galpão do Artesanato onde se reuniam, mas devido a precariedade atual do prédio, não pode ser utilizado. O Projeto Pão Para o Mundo (PPM), o Instituto Porta Aberta e o Projeto Apoena (financiado pela Caixa Econômica

	Federal) e o Prêmio Cultura Indígena constituíram-se nas principais fontes de recurso financeiro para as atividades das mulheres e contribuíram na aquisição de equipamentos (como máquinas de costura e de estampa, teares) e na instalação da infraestrutura (ampliação da sala e da cozinha).
Grupos de Mulheres de Comboios	Dois grupos de mulheres se apresentam nesta terra indígena. Um deles se constituiu nos anos 1980 fomentado pela pastoral indigenista e é voltado à produção de artesanato, corte e costura, sabonete e plantas medicinais. O outro, constituído através de parceria com o Projeto Tamar-ICMBio, confecciona produtos comprados pelo Projeto para venda em suas lojas.
Grupos de Mulheres em Caieiras Velhas	Na aldeia Tupiniquim de Caieiras Velhas existem três grupos organizados de mulheres: o Mulheres Guerreiras, que produz artesanato e peças íntimas; o “Mãos que Criam”, que trabalha com costura e pintura indígena em camisetas, calças e bolsas e o Yby Membira, de formação mais recente.
Grupos de Mulheres e produção de artesanato em Irajá e Areal	Nas aldeias Tupiniquim de Irajá e Areal encontram-se alguns grupos de mulheres que se organizam para a produção do artesanato, corte e costura, doces e licores, sabonetes e medicamentos produzidos e envolve diversas pessoas, inclusive homens, que se organizam em grupos ou individualmente.
Esporte Clube Pau Brasil	Forma o time de futebol da aldeia Pau Brasil. Na aldeia também são promovidos, no final do ano, torneios de futebol entre as famílias. Instâncias

Fonte: Estudo do Componente Indígena para as Terras Indígenas Tupiniquim Guarani e Comboios referente ao Processo de Licenciamento Ambiental do Terminal Industrial IMETAME. Anthropos Socioambiental - Janeiro de 2015.

IMPACTOS AMBIENTAIS DETECTADOS

Abaixo um quadro resumo dos Impactos Socioambientais no Projeto de Reabilitação da Rodovia ES-010, no trecho entre Santa Cruz (Ponte Piraqueaçu) - Barra do Sahy - área das Aldeias Indígenas - Aracruz/ES

Ações Previstas	Positivo	Negativo
Implantação de pavimento diferenciado para atenuar a velocidade do tráfego na região.	Impactos positivos: melhoria da acessibilidade, geração de emprego e renda, valorização de propriedades.	Potenciais impactos negativos significativos: aumento dos processos de erosão de degradação de ecossistemas frágeis.
Limpeza e desassoreamento dos dispositivos de drenagem existentes.	Impactos positivos: diminuição e/ou término dos alagamentos e assoreamentos. Melhoria da acessibilidade.	Não existente
Readequação dos dispositivos de drenagem que apresentarem insuficiência hidráulica	Impactos positivos: diminuição e/ou término dos alagamentos e assoreamentos. Melhoria da acessibilidade.	Impactos negativos moderados durante a construção: risco de erosão e sedimentação, distúrbios de tráfego e

		geração de ruído
Implantação de faixa multiuso entre a ponte sobre o Rio Piraqueaçu e a Base Oceanográfica.	Impactos positivos: melhoria da acessibilidade e segurança dos usuários. Incremento ao esporte local: ciclismo e corrida.	Potencial impacto negativo: uso indisciplinado do espaço entre os moradores das aldeias, ciclistas e atletas em geral.
Plantio de mudas nativas. Cortina Vegetal.	Redução de ruídos nas aldeias indígenas, (lado esquerdo da rodovia). Incremento da biodiversidade local. Aquisição pelos índios de lenha com o corte das espécies exóticas.	-
Implantação de pontos de ônibus com recuo para embarque e desembarque.	Impactos positivos: melhoria da acessibilidade e segurança dos usuários.	-
Implantação de passagem de fauna.	Incremento e proteção da fauna local.	Efeito de barreira, caça de animais silvestres.
Revisão e complementação da Sinalização Rodoviária.	Impactos positivos: melhoria da acessibilidade e segurança dos usuários.	Impacto negativo moderado durante a implementação: acidentes na via em função do costume com a sinalização anterior.

EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO

A grande expectativa da comunidade indígena presente na ADA, recai sobre a mobilidade junto a Rodovia ES-010 e, sobre os aspectos relativos a segurança viária. Existe aceitação da comunidade com relação ao Projeto, registrando, entretanto que os caciques quando da reunião realizada para apresentação das obras de Reabilitação, têm expectativa de maior conserva, roçada, sinalização, não somente no trecho em questão, mas em outras rodovias que percorrem o município de Aracruz.

Para mitigação desta questão, foi oficializado junto ao DER/ES uma solicitação, por intermédio da FUNAI, para que fosse realizado uma vistoria em conjunto com os caciques e técnico da autarquia, tanto na Rodovia ES-010 assim como nas outras rodovias, a fim de identificar os locais de risco de acidentes. A maior preocupação recai sobre risco de atropelamentos.

A Reabilitação da rodovia e o tratamento projetado para as áreas das aldeias diretamente afetada, trará segurança, principalmente nos acessos, viabilizando junto com sinalização turística e informativa, o acesso de usuários da rodovia nos locais que existem para venda de produtos do artesanato indígena produzido nas aldeias. Registra-se também que as melhorias nos acessos, trará maior segurança aos moradores das aldeias que utilizam a rodovia ES-010 diariamente para acessar a sede de Aracruz, Caieiras e Coqueiral.

Não foram identificados riscos a população local, no que tange aspectos sociais e ou políticos, pois existe respeito as representatividades indígenas locais, que são organizadas, sempre com a presença da Funai.

Os possíveis impactos durante as obras, decorrentes da presença de trabalhadores da empreiteira que irá executar a obra, será tratado de modo Preventivo junto à mesma, conforme

exposto no Diagnóstico Ambiental. Os trabalhadores receberão treinamento e Programa Específico sobre Código de Conduta e Relacionamento com as Comunidades do entorno da obra, além de outras medidas preventivas como:

- Localização do canteiro de obras em lugares distantes das comunidades indígenas;
- Orientação para não locação de unidades e alojamentos;
- Transporte do canteiro de obras as frentes de obras diariamente, evitando muita circulação de empregados,
- Contratação de mão de obra indígena, quando couber para as frentes de obra.

Sobre o uso de terra indígenas, a única situação com possibilidade de uma geração de conflito, caso não seja mitigada com antecedência, diz respeito a um acesso irregular, descrito no Diagnóstico Ambiental do Trecho 2, próximo ao Trevo de Aracruz. O acesso está localizado na faixa de domínio da rodovia em local de risco. Foi recomendado no Diagnóstico Ambiental para o DER/ES tratar quando da revisão do projeto uma alternativa para mitigar a questão e dar segurança as famílias indígenas que ali vivem.

GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

Registros de reunião realizada com representante da Funai em Aracruz, com o Conselho de Caciques e DER/ES.

Objetivo: Apresentação do Projeto de Reabilitação Trecho 2: Santa Cruz (Ponte Piraqueçu) - Barra do Sahy-Aracruz/ES.

Registro Fotográfico:



Vilson representante Funai, justificou a ausência de alguns Caciques em função de uma outra reunião.



Os engenheiros do DER explicaram o Projeto e tiraram várias dúvidas dos participantes.



Durante a reunião vários questionamentos foram feitos sobre os prazos da obra.

Vilson Benedito de Oliveira, chefe da Coordenação Técnica Local - CTL Aracruz.

Registro da Ata da Reunião realizada dia 09 de maio de 2019 - na AITG Associação Indígena Tupiniquim e Guarani - Caeiras Velha -Aracruz/ES.



REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI E REPRESENTANTE FUNAI - ARACRUZ/ES.

APRESENTAÇÃO REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES-010 - SANTA CRUZ - (PONTE DO PIRAQUÊAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZ/ES.

LOCAL: AITG - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI.

DATA: DIA 09 DE MAIO - 2019

END.: ES 456 - 98, CAEIRAS VELHA, ARACRUZ/ES - (RODOVIA PRIMO BITTI).

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, reuniu-se as 10:00 hs, na Associação Indígena Tupiniquim e Guarani - AITG, a equipe técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – DER/ES, as lideranças indígenas, o representante da Funai e a consultoria do DER/ES. A reunião foi aberta pela consultora Tereza Pinto, que informou que o objetivo da mesma era a apresentação do projeto de Reabilitação da Rodovia ES-010 - Trecho Santa Cruz - (Ponte do Piraquêaçu) a Barra do Sahy - Aracruz/ES, especificamente a parte que corta as comunidades indígenas de Piraquêaçu, Três Palmeiras e Boa Esperança (Aldeias Guarani).

A seguir foi feita a apresentação dos presentes e o Sr. Vilson Benedito de Oliveira, chefe da Coordenação Técnica Local - CTL Aracruz, justificou a ausência do Sr. José Luiz de Piraquêaçu, presidente da AITG. O Sr. Vilson disse também, que seria oportuno que na reunião fossem levantadas outras reivindicações relativas a outros trechos de estradas estaduais que cortam as comunidades indígenas e que apresentam problemas, afim de melhor a segurança da população local.

O Sr. Jeferson Garcia Lima, Gerente de Sustentabilidade do DER/ES esclareceu que as obras referentes ao projeto de reabilitação não foram iniciadas anteriormente em virtude do Governo do Estado não possuir, na ocasião, recursos financeiros para realiza-las. Atualmente o DER/ES está em processo de obtenção de financiamento através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e que para tanto seria necessário apresentar aos envolvidos a situação atual do projeto, salientando que o mesmo sofrerá revisão e que, portanto, novas demandas a serem analisadas poderão surgir. Também informou que quaisquer reivindicações relativas as melhorias imediatas na ES-010 e de outros trechos que não fazem parte do projeto de reabilitação precisam ser direcionadas ao Setor de Manutenção do DER/ES uma vez que essas demandas são de responsabilidade de outra

área. Dessa forma sugeriu que fossem separadas as demandas de manutenção daquelas sugestões a serem analisadas no projeto de reabilitação. Nesse momento a Sra. Tereza se disponibilizou a pegar os ofícios, encaminhar, protocolar no DER/ES e trazer de volta a cópia protocolada para a AITG.

O Cacique de Nova Esperança, Marcelo Oliveira da Silva, representante Guarani, pediu desculpas por ter que se ausentar da reunião em andamento, pois teria que participar de uma outra reunião naquele mesmo horário. Em seguida o Sr. Fernando Ramos Pimentel, Engenheiro de Projetos DER/ES começou a apresentação. Esclareceu que a maioria das solicitações feitas em 2013 pelas lideranças indígenas, quando da elaboração inicial do projeto de Reabilitação da Rodovia ES-010 - Santa Cruz - (Ponte do Piraquê-Açu) a Barra do Sahy - Aracruz/ES, foram incorporadas. As solicitações foram:

- Implantação de pavimento diferenciado ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Polícia Rodoviária Estadual;
- As faixas de rolamento ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Rodoviária serão de três metros em ambos os lados, com faixa de segurança do lado direito de 1,5 metros, exceção feita ao acesso à Aldeia Indígena de Três Palmeiras que será de 2,5 metros, servindo de área de acomodação para conversões à esquerda. No lado esquerdo, deverá ser implantada faixa multiuso (ciclovía e passeio) na largura de 2,5 metros;
- Melhoria na drenagem ao longo do segmento;
- Suprimir as árvores exóticas existentes no passeio desse segmento, em sua maioria mangueiras (*Mangifera indica*);
- Podar galhos de árvores existentes no acostamento do lado esquerdo da pista, que estão prejudicando o segmento do passeio;
- Implantar barreira de ruídos entre essas estacas com plantio de espécies nativas no lado esquerdo da pista, após a faixa multiuso, em local com capim-colônia (*Panicum maximum*);
- Implantar ponto de ônibus no lado esquerdo, próximo ao trevo de acesso projetado para as aldeias;
- Implantar acesso à aldeia indígena Três Palmeiras no lado esquerdo;
- Implantar lombada eletrônica;
- Implantar bueiro e passagem de fauna associada à tela de proteção de animais, nos lados esquerdo e direito;

O Sr. Fernando DER, lembrou que na ocasião a solicitação de barreira eletrônica foi entendida como desnecessária, uma vez que houve a compreensão de que a maior necessidade de redução de velocidade seria alcançada de modo mais eficaz com a utilização do pavimento diferenciado do final da Ponte do Piraquêçu até o Posto da Polícia Rodoviária Estadual - PRE, utilizando pavimento de concreto intertravado. Além disso, foi proposto a implantação da lombro-faixa que obriga que o veículo tenha sua velocidade reduzida para que possa passar pela mesma. Tal sugestão apresentada à época foi aprovada pelos representantes das aldeias.

O Sr. Fernando DER apresentou também o acostamento de 2 metros que será implantado com uma canaleta no meio e uma faixa multiuso de 2.50 metros neste trecho do acostamento, só do lado das aldeias. Mas lembra de que será necessário alargar um pouco para a área das Aldeias. Este novo acostamento será de pavimento intertravado. Neste momento o Sr. Vilson, representante da FUNAI, questionou se na entrada da Aldeia Três Palmeiras vai continuar com alagamento, pois foi dito pelos moradores que o motivo do alagamento seria a pista da ES 010 ser mais alta. O Sr. Jeferson disse que será feita a condução da água para o lado do manguezal, no lado contrário ao da Aldeia afirmando que "foi pensada e planejada sim, essa drenagem para esta região".

Continuando a apresentação, o Sr. Fernando DER informou que será implantada uma barreira de ruídos, com a plantação de árvores nativas, como foi solicitado. Ressaltou que o projeto vai ser revisto e poderá ser identificado, se a espécie indicada para a barreira de ruídos é a de concordância da comunidade.

Em relação aos pontos de ônibus o Sr. Fernando DER, informou que os mesmos serão sempre construídos com uma baía de acesso em recuo para acomodar o coletivo de forma segura, sem interromper o fluxo da rodovia.

Quanto a passagem de fauna solicitado à época foi proposto dois modelos, próprios para cada tipo de animal, um triangular e outro circular. Ressaltou que na área onde forem instaladas as passagens de fauna existirão telas de proteção e condução das espécies para essas passagens.

O Sr. Jeferson DER, ressaltou que "a sinalização estará sendo reforçada na área da Terra Indígena - TI em Comboios". Neste momento o Sr. Vilson FUNAI, registrou a importância

da diferença entre TI e Aldeia Indígena. Ressaltou que essa diferença é importante para os indígenas e não indígenas que trafegam na região uma vez que Terras Indígenas, segundo a legislação brasileira, são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas do Brasil, habitadas em caráter permanente. Essa observação foi feita para que não se fabrique placas de sinalização erradas. Lembrou que é importante que se consulte a FUNAI para não incorrer em erros. Também, foi lembrado pelos presentes sobre a necessidade de sinalizar a Aldeia Nova Esperança, que surgiu entre Sauê e Mar Azul.

A Sr^a Joseane, da aldeia indígena de Pau Brasil lembrou da necessidade de se implantar de imediato instrumentos de segurança na rodovia para o Trecho da TI Comboios. A realidade do tráfego de veículos leves e pesados na região cresceu muito desde 2013 - época da primeira apresentação deste projeto. Foi solicitado pelo DER o envio de ofício específico para se registrar esse assunto acima levantado. Também, foi levantada a necessidade de se realizar uma reunião específica para Comboios para se discutir: melhorias, manutenção e instrumentos de segurança. Neste momento, o Sr. Fernando DER, explicou que alguns itens de manutenção imediata das rodovias, tais como sinalização, redutor de velocidade, entre outras ações, poderá ser visto mais rapidamente pela área de manutenção rodoviária, após oficializada a demanda.

Em seguida o Sr. Fernando DER, resgatou o processo que culminou com a inserção das sugestões das comunidades indígenas, tendo sido feito o levantamento das propostas de melhoria com as comunidades no ano de 2013. O projeto foi encaminhado para a FUNAI em 2013 e desde então o DER/ES aguarda a resposta e aprovação da FUNAI e a partir de 2019 o projeto entra em revisão. Neste momento o Sr. Jeferson DER, ressaltou que para dar andamento ao processo de licenciamento da Reabilitação da rodovia é necessário a anuência da FUNAI.

Também foi informado que a iluminação será implantada no Trecho citado para a Reabilitação desde a Ponte do Piraquêaçu até o Posto do PRE.

O Sr. Vilson FUNAI, sugeriu que seria melhor se a equipe técnica do DER da área de manutenção fosse a campo juntamente com as lideranças indígenas para identificar as necessidades de manutenções imediatas no Trecho, o que foi aprovado por todos. A equipe técnica do DER/ES reforçou que as demandas relativas à manutenção da ES-010, 257 e 456 devem ser identificadas e solicitar através de ofício dirigidos a área operacional.

Sr. Jeferson DER, disse que independente da chegada do ofício irá comunicar ao Diretor de Operações e a Superintendência Regional 1 da necessidade de se realizar a vistoria em conjunto. A Sr^a. Bernadete Baltazar, do DER/ES solicitou o e-mail do Sr. Vilson FUNAI, para enviar as informações para onde deverão ser dirigidos os ofícios.

A reunião foi encerrada às 11:40 h e os representantes do DER/ES agradeceram o espaço disponibilizado e a presença de todos.

Esta Ata foi elaborada por Luciana Vargas Veskesky, prestando consultoria para o DER/ES e encerra aqui as anotações e esclarece que, este documento será enviado para a FUNAI e DER, os quais ainda poderão fazer revisões e considerações ao final do texto acima.



DER-ES
Departamento de Estradas de Rodagem
do Estado do Espírito Santo.

LOCAL: AITG - Associação Indígena
Tupiniquim e Guarani
Dia 09 - Maio - 2019 - 09:00 h
End.: ES-456, 98, Caeiras Velha,
Aracruz/ ES (Rodovia Primo Bitti).

REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES 010 - SANTA CRUZ - (PONTE PIRAQUEAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZES.

REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI E REPRESENTANTES FUNAI - ARACRUZES.

Nº	NOME PARTICIPANTE	TELEFONE/CONTATO	ALDEIA/COMUNIDADE
1	Marcelo S. Rocha	997506121	Graga
2	Quiliana Marcelino dos Anjos	27 998639979	Graga
3	Adriana Almeida	27 985891807	Aracal
4	Alto do Aracal	27 996212126	Aracal e Aracal
5	Alex Sandro dos Santos	27 995772715	Aracal Velhas
6	Leandro do Resende	27 99918-4007	Celso Aracal
7	Vilson Benedito de Oliveira	(21) 997859431	FUNAI/ETC/ARACUZE
8	Marcelo Oliveira da Silva	(77) 999514287	NOVA ESPERANÇA GUARANI
9	Georgy P. Ramos	99691-5489	A/AMARELO.
10	Vera da Silva Mimbri	99691-5489	A/AMARELO.



DER-ES

Departamento de Estradas de Rodagem
do Estado do Espírito Santo

LOCAL: AITG - Associação Indígena
Tupiniquin e Guarani
Dia 09 - Maio - 2019 - 09:00 h
End.: ES-456, 98, Caeiras Velha,
Aracruz/ ES (Rodovia Primo Bitti).

REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES 010 - SANTA CRUZ - (PONTE PIRAQUEAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZ/ES.
REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINQUIN E GUARANI E REPRESENTANTES FUNAI - ARACRUZ/ES.

11	Valdire de Almeida Silva	999682539	Aldeia Pau Brasil
12	Sociane Francisco Felício	997851430	Aldeia Pau Brasil
13	Valdir do Carmo Silva	999679593	Aldeia Pau Brasil
14	Glinda Barros Silvananda	996123450	Aldeia Pau Brasil
15	Roberto Henrique de Oliveira	99782-5400	Aldeia Pau Brasil
16	Felício de Silva Lemos	998075408	Aldeia Pau Brasil
17	OTONIA SIBISTIA	997980722	Aldeia Pau Brasil
18	Bernadeke Badtzer	000418095	DER
19	FERNANDE RAMOS PIMENTEL	3636-4454	DER
20	JERKERSON GARDIN CIMA	3636-4446	DER
21	Luiz Carlos de Souza	999822914	consultor DER
22	Priscila Antunes	99926-4807	consultoria DER

CONCLUSÃO

A rodovia ES-010 em toda sua extensão, vai do município da Serra até o município de Aracruz, no seu trecho Norte, no Espírito Santo.

Segundo Dodde (2012),

Empreendimentos lineares atravessam grandes extensões de terra e afetam diferentes compartimentos geográficos, biológicos e culturais. Entre os empreendimentos lineares existentes, como linhas de transmissão, dutovias, hidrovias, ferrovias e rodovias, o último é o que apresenta maior possibilidade de ampliar seus impactos para além de sua localização direta, dada a facilidade de locomoção populacional que possibilita. (Dodde, 2012, pag. vi).

As comunidades indígenas de Aracruz se expandiram, em território e também em população, no entorno das estradas estaduais que cruzam o município de Aracruz. Entre elas a Rodovia ES-010. O grande entrave para a expansão de seu território, nunca foi as rodovias e sim a monocultura do eucalipto. Atividade esta que também trouxe a perda da biodiversidade em suas terras, tese que alguns estudiosos defendem.

O povo Guarani de Aracruz/ES viveu durante as quatro últimas décadas sob forte confinamento territorial, em uma região onde se situam mais quatro aldeias Tupiniquim, três distritos urbanos, três rodovias estaduais e a antiga multinacional Aracruz Celulose, atualmente Suzano, maior produtora de celulose branqueada do mundo, que integra extensas áreas de monocultura de eucalipto a um complexo fabril e um porto marítimo dedicado à exportação de seus produtos. Em 2007, chegou ao fim uma disputa fundiária que ganhou visibilidade internacional pela ampla divulgação na mídia de que os índios representavam um obstáculo ao desenvolvimento econômico regional. A comunidade indígena venceu.

Hoje a realidade dos índios de Aracruz é que muitos trabalham nos bairros ao redor das aldeias. Mesmo sem negar sua cultura e raízes, a interação com a cidade existe. Nessa situação usam muito a ES-010 e se esta for reabilitada com as melhorias solicitadas e apresentadas será de grande impacto positivo, trazendo segurança a este usuário específico.

Ainda em 2013 no começo das discussões sobre a implantação deste projeto, após reunião com documento protocolado no DER nº 623334697 (Relatório das Solicitações das Aldeias Indígenas), foram feitas solicitações de melhorias na via. Estas solicitações foram levantadas após visita de campo com técnicos DER. Todas as solicitações estão sendo agora confirmadas para serem realizadas no escopo do novo projeto.

Pela disposição apresentada pelo povo Tupiniquim-Guarani, durante a reunião realizada, as melhorias são esperadas com grande expectativa, principalmente no que tange a segurança dos moradores das Aldeias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita. Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. BRASIL.
- Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
- CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. CFESS.
- CPT — COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo — Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional, 2015. FONTES, Virgínia. Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010